

ENLACES, DESENLACES

Wilson Martins

Existem apenas duas famílias de espírito, dizia um mestre de pensamento francês nos inícios do século XX: os inteligentes e os historiadores. Os “inteligentes” são espíritos analíticos, que procuram compreender o que ocorre, em busca do sentido e da significação; os “historiadores”, dizia ele, “prevêem em retrospecto o que não serve para nada” – ou somente para o conhecimento factual, caberia acrescentar.

É a mesma idéia expressa por San Tiago Dantas quando distinguia, por um lado, as “inteligências de exposição” e, por outro, as “inteligências de compreensão.”

Nem sempre os analistas são “inteligentes” no sentido imediato da palavra, da mesma forma por que nem todos os “historiadores” deixam de sê-lo. A diferença está em que grande parte da História é escrita como descrição, enquanto a parte da grande História é escrita por interpretação. São idéias que, na historiografia propriamente dita, correspondem, respectivamente, à “síntese histórica” de Henri Berr, e à “história historizante” de Charles Seignobos, lembradas em livro póstumo de Francisco Iglésias (*Historiadores do Brasil*. Rio/Belo Horizonte: Nova Fronteira/UFMG, 2000). Trata-se da distinção fundamental entre informação e conhecimento, tornada ainda mais premente na era em que a eletrônica se estabeleceu como instrumento privilegiado do trabalho intelectual.

É óbvio que não há tipos puros nem impermeáveis entre as duas categorias, tanto mais que, nos retrospectos históricos, os fatos já vêm carregados de ideologia, assim como as ideologias não podem dispensar

o enquadramento factual (mesmo nos casos de vieses deliberados). A síntese historiográfica é, por sua própria natureza, um exercício seletivo, voluntário ou involuntário, implícito ou inevitável, sempre condicionado pelas diversas escalas de valores.

Há também as conjunturas propostas pelos acasos da cronologia e pelas verdades aceitas ou predominantes em cada momento. Nesta passagem da vida brasileira, dois fatores dinâmicos condicionaram a atividade historiográfica: o quinto centenário do descobrimento e o primeiro de Gilberto Freyre, mais reciprocamente relacionados do que pareceria à primeira vista. Num caso e noutro, a visão dos historiadores, como sempre, vem contaminada de ideologias, porque, segundo o postulado incontornável, o historiador pertence à história que escreve.

Nessas perspectivas, é perceptível, em nossos dias, a politização historiográfica, assinalada, entre outros, por Antônio Paim, em estudo semelhante ao de Francisco Iglésias: “Ao longo deste século (...) o processo em causa foi turbado por disputas de caráter ideológico,” parecendo-lhe que “a reconquista da dignidade da historiografia pressupõe a remoção de todo o lixo produzido em nome da colocação da História (e de todo o saber) a serviço da luta política” (*Momentos Decisivos da História do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000).

A contaminação da historiografia pelo vírus político ou ideológico é inevitável e de todos os tempos: o que parece “lixo” a um pensador liberal como Antônio Paim será a “verdadeira” História para autores de outras tendências. Não sendo possível evitá-lo, o que se requer, por isso mesmo, é um esforço consciente de lucidez e objetividade, no pressuposto de que o historiador não esteja ele próprio empenhado em afirmar a sua verdade particular. Ao formular o que é, até hoje, o esquema clássico da historiografia brasileira, von Martius afirmava temer a intromissão de “idéias políticas imaturas (...) republicanas de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades.”

Francisco Iglésias, que o cita, acrescenta que, “quem acredita mais nas teorias que nas fontes, é pouco indicado para historiador” – o que escrevia justamente para condenar, em nome das suas convicções, as que Oliveira Viana demonstrava “preferir”... Contudo, não lhe escapou o simplismo mental da “história nova” que na década de 60, transformou em panfleto político os livros didáticos destinados a doutrinar os meninos do ensino médio.

O mesmo furor doutrinário reapareceu nos centenários do descobrimento e de Gilberto Freyre, conjugados e reciprocamente especulares, porque, de todas as “explicações” do Brasil, a dele, queiramos ou não, ocupa o centro de convergência e irradiação. É uma história, a de Portugal

e Brasil, de “enlaces e desenlaces”, segundo o título de importante coletânea ensaística já agora indispensável nas leituras do quinto centenário (*Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*. Número especial de *Convergência Lusíada*, 17. Real Gabinete Português de Leitura, 2000).

Os portugueses assimilam mal a “tranqüila evidência de que somos estrangeiros há quase 200 anos,” escreve Luís Filipe Castro Mendes, “Uma paixão infeliz.” Lisboa: *Jornal de Letras*, 14/06/2000) enquanto “o Brasil tem vivido dilacerado pela angústia das suas origens, com fases eufóricas e depressivas, que podemos identificar em todos os grandes intérpretes (...). Euforia de Gilberto Freyre (...), depressão de Viana Moog (...) ou a infelicidade de não ser norte-americano (...).”

Tudo isso nada tem a ver com as manipulações políticas de uma suposta “comunidade luso-brasileira” que, não existindo nem na realidade, nem na possibilidade, desvenda outras paixões infelizes e a lancinante memória das ocasiões perdidas que foram os “momentos decisivos” da nossa História.

O Globo, 25/11/2000